

## DECLARAÇÃO DE IMPACTE AMBIENTAL

<b>Designação do projeto</b>	Ampliação da Pedreira n.º 5111 – Sorte do Mato das Lagedas
<b>Fase em que se encontra o projeto</b>	Projeto de Execução
<b>Tipologia do projeto</b>	Alínea a) do ponto 2 do Anexo II do Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, com as alterações e redação produzidas pelos Decreto-Lei n.º 47/2014, de 24 de março, Decreto-Lei n.º 179/2015, de 27 de agosto, Lei n.º 37/2017, de 2 de junho e Decreto-Lei n.º 152-B/2017, de 11 de dezembro
<b>Enquadramento no regime jurídico de AIA</b>	Subalínea ii) da alínea b) do ponto 4 do artigo 1º do Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, com as alterações e redação produzidas pelos Decreto-Lei n.º 47/2014, de 24 de março, Decreto-Lei n.º 179/2015, de 27 de agosto, Lei n.º 37/2017, de 2 de junho e Decreto-Lei n.º 152-B/2017, de 11 de dezembro
<b>Localização (freguesia e concelho)</b>	Freguesia de Gonça, Concelho de Guimarães
<b>Identificação das áreas sensíveis</b>	-----
<b>Proponente</b>	Britaminho – Granitos e Britas do Minho, Lda.
<b>Entidade licenciadora</b>	Direção-Geral de Energia e Geologia
<b>Autoridade de AIA</b>	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte

<b>Descrição sumária do projeto</b>	<p>Este capítulo foi elaborado de acordo com os elementos constantes do EIA (incluindo Aditamentos) e projeto.</p> <p><u>Enquadramento</u></p> <p>O EIA em análise consiste na avaliação dos efeitos sobre o meio ambiente, resultantes da ampliação da Pedreira n.º 5111 denominada “Sorte do Mato das Lagedas”, que a empresa Britaminho – Granitos e Britas do Minho, Lda. possui na freguesia de Gonça, concelho de Guimarães, distrito de Braga.</p> <p>Esta pedreira foi licenciada em junho de 1988 pela Câmara Municipal de Guimarães, com uma área de 47 000 m<sup>2</sup>, em nome de Manuel de Almeida Oliveira.</p> <p>Com a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 89/90, de 11 de janeiro, a entidade licenciadora foi alterada para a Direção-Geral de Geologia e Minas. Em 30 de novembro de 1992 foi efetuada a transmissão da licença de exploração para a atual empresa, Britaminho – Granitos e Britas do Minho, Lda.</p> <p>A empresa obteve uma licença provisória da pedreira, emitida em 8 de junho de 2015, pela DGEG (ex DREN), para uma área de 164 376 m<sup>2</sup>. Esta licença foi emitida ao abrigo do art.º 5.º do Decreto-Lei n.º 340/2007, de 12 de outubro,</p>
-------------------------------------	---

com base num parecer de um grupo de trabalho constituído pela DGEG (ex-DREN), CCDR-N e Câmara Municipal de Guimarães (CMG).

Face ao desenvolvimento das áreas de exploração iniciais, a empresa pretende proceder ao licenciamento de todo espaço que atualmente tem como afeto à pedreira e seus anexos, a qual corresponde uma área total de 196 227 m<sup>2</sup>, pelo que solicitou, em 20 de julho de 2017, a regularização da atividade no âmbito do Regime Extraordinário da Regularização de Atividades Económicas (RERAE), definido no Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, alterado pela Lei n.º 21/2016, de 19 de julho.

Em 24 de janeiro de 2019 foi emitida Deliberação Favorável Condicionada ao procedimento de regularização da ampliação da pedreira para a atual área de 196 227 m<sup>2</sup>, com base num parecer de um grupo de trabalho constituído pela DGEG, CCDR-N, APA/ARH-N e CMG.

#### Objetivo e Justificação do Projeto

O objetivo desta exploração é a produção de inertes e granito ornamental, para obras públicas e construção civil.

A área proposta resulta da área correspondente à licença provisória emitida ao abrigo do art.º 5.º do Decreto-Lei n.º 340/2007, de 12 de outubro, acrescida da zona atualmente em exploração que, na sua quase totalidade, é coincidente com a classificação de uso definida em Plano Diretor Municipal (PDM). O espaço não classificado em PDM como espaço de recursos geológicos – pedreiras e que está a ser objeto de ampliação corresponde a 31 851 m<sup>2</sup>, e situa-se no flanco Poente (6 247 m<sup>2</sup>) e no flanco Sudeste (25 604 m<sup>2</sup>).

É pretendido o melhoramento da rede de drenagem, periférica de recolha e tratamento, das águas de escorrência resultantes de precipitação atmosférica, garantindo a regularidade do caudal e o seu tratamento antes de serem encaminhadas para as linhas de escorrência natural.

A empresa, em terrenos seus, fora desta área proposta a licenciar da pedreira, mas na mesma freguesia de Gonça, possui escritórios, oficinas (onde são efetuadas as manutenções), depósito de combustível e ainda a Pedreira n.º 4123, denominada Lage do Grão e outras instalações industriais – uma Instalação de Britagem com licença de exploração n.º 70639 e uma Oficina de Corte de Granito com licença de exploração n.º 70607, ambas emitidas pela DGEG (ex-DREN), onde transforma o granito ornamental extraído nas pedreiras deste grupo empresarial.

Para a viabilidade da empresa, torna-se essencial que a área de ampliação da pedreira e que excede a atualmente prevista no PDM de Guimarães, se torne acessível à indústria extrativa, uma vez que é precisamente aí que se localiza o granito de melhor qualidade, granito esse que permite responder às exigências comerciais.

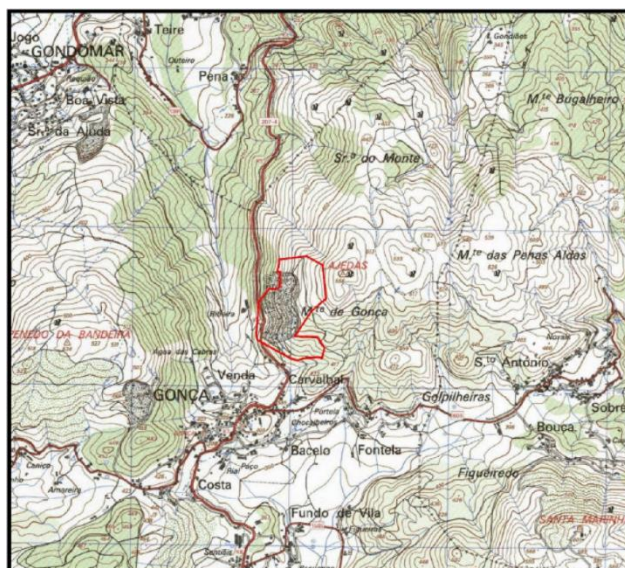
A necessidade do projeto, nesta zona, justifica-se para dar resposta às necessidades e crescentes solicitações do mercado da construção civil, bem como a satisfação dos clientes da empresa Britaminho – Granitos e Britas do Minho, Lda. que, cada vez mais, exigem uma maior qualidade do produto produzido pela atual exploração.

### Descrição do Projeto

#### *Localização e Acessos*

A área em estudo localiza-se na freguesia de Gonça, concelho de Guimarães, distrito de Braga, próximo do limite Norte do concelho de Guimarães com o concelho da Póvoa de Lanhoso.

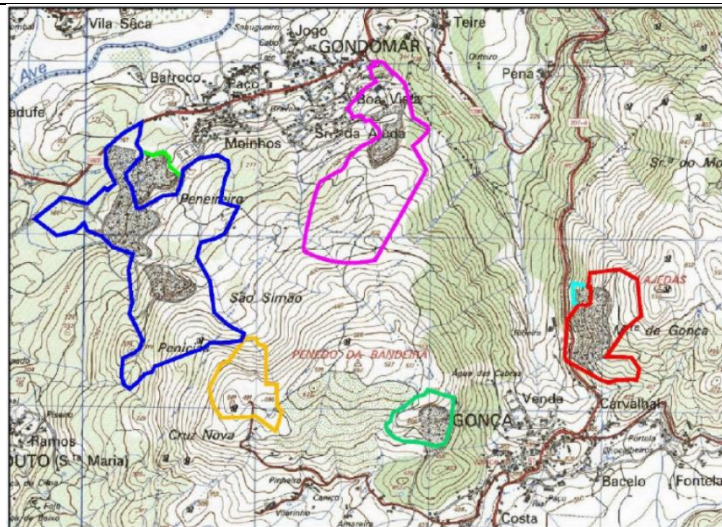
O acesso à pedreira faz-se a partir de Guimarães, pela variante, EN 206, em direção a Fafe. Antes da saída da cidade de Guimarães corta-se na direção de S. Torcato pela EN 207-4. Após passagem por S. Torcato continua-se na estrada EN 207-4. Esta estrada confina com o limite Poente da pedreira, precisamente ao Km 6 no troço entre Gonça (Guimarães) e Garfe (Póvoa de Lanhoso).



**Figura 1** - Extrato da carta militar com localização da pedreira (sem escala)

(Fonte: RS – novembro de 2018)

Segundo o EIA, de acordo com as informações da DGEG, existem 5 pedreiras georreferenciadas na envolvente da pedreira em avaliação.



**Figura 2** – Área da pedraira em estudo (a cor vermelha). Áreas georreferenciadas das pedrairas vizinhas: n.º 4536 – Ribeira n.º 2 (a cor azul claro), n.º 4123 – Lage do Grão n.º 2 (a cor verde escuro), n.º 4360 Governo (a cor lilás), n.º 5354 – Pedreira das Lages (a cor azul escuro) e n.º 2711 – Bouça das Lages (a cor verde claro). Aterro sanitário de Gonça (a cor amarela))

(Fonte: RS – novembro de 2018)

### Plano de Lavra

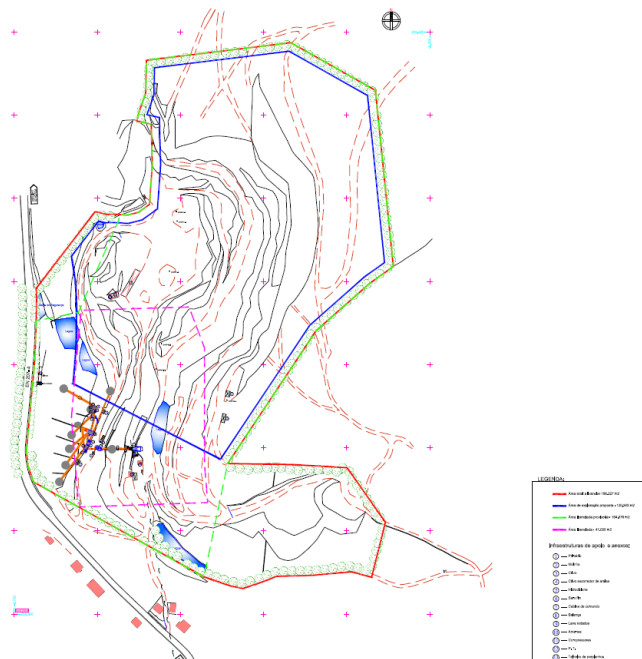
Apresentam-se as principais áreas referentes a esta pedraira:

Área licenciada – 47 000 m<sup>2</sup>

Área licenciada provisória (art.º 5.º DL 340/2007) – 164 376 m<sup>2</sup>

Área total a licenciar – 196 227 m<sup>2</sup>

Área de exploração – 120 343 m<sup>2</sup>



**Figura 3** – Planta de Infraestruturas e Anexos (Área licenciada a rosa, área licença provisória (art. 5.º) a verde e área total a licenciar a vermelho) (Fonte: Aditamento – junho de 2019)

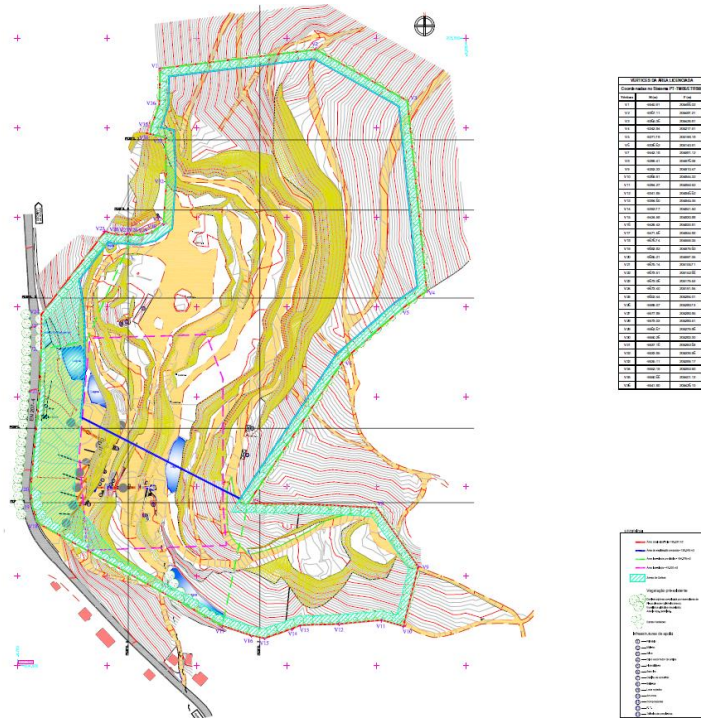


As bancadas de exploração terão uma altura máxima de 10 m e uma largura média de 5 m.

A produção anual prevista será de cerca de 480 000 ton/ano. O volume total de rocha *in situ* a desmontar, até à cota 330, é de 6 264 994 m<sup>3</sup>, ou seja, cerca de 16 915 484 ton.

O Plano de Lavra e o EIA referem que serão cumpridas as zonas de defesa previstas na lei, nomeadamente:

- Segundo informação constante do EIA, e verificada aquando da visita ao local do projeto, a pedreira encontra-se em laboração.



**Figura 4 – Planta da situação atual**  
(Fonte: Aditamento – junho de 2019)

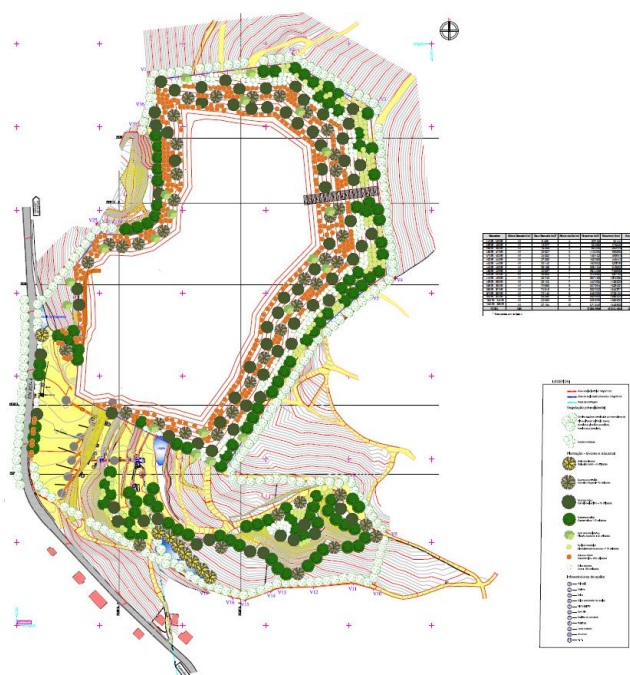
Mediante a qualidade do granito e da sua localização nas frentes de desmonte, podem existir dois tipos de exploração propriamente dita, conforme se trate de um aproveitamento para inertes ou para ornamental.

No que respeita à exploração para inertes, o desmonte continuará a ser feito com explosivos, utilizando-se as técnicas mais adequadas à obtenção dos melhores rendimentos com o cuidado sempre presente de se criarem impactes mínimos no que respeita às vibrações no solo.

A remoção do material desmontado através da pega de fogo é feita por retroescavadoras e pás mecânicas que fazem o seu carregamento em *dumpers* e que a transportam para o alimentador da instalação de britagem. Na operação de taqueio, quando se torna necessário, encontra-se instalado um martelo hidráulico na retroescavadora que, nas horas de menor atividade da pedreira, procede a esta operação.

O desmonte do granito do maciço *in situ* para uma utilização como granito ornamental é efetuado essencialmente através da utilização de uma máquina de corte de fio diamantado. Por vezes, pode ser necessário e como complemento é utilizada a pólvora, nos furos de levante, ou seja, no desprendimento dos blocos da parte inferior do maciço. A utilização de explosivos na extração de granito ornamental é muito reduzida e só nos casos de acesso ao maciço, nomeadamente em zonas de muita fragmentação ou nas zonas mais superficiais aquando da descubra.

Posteriormente, a matéria-prima desagregada é removida das frentes e transportada para a praça da pedreira para futuro transporte para diversas unidades industriais de transformação, nomeadamente as pertencentes ao grupo de empresas associadas desta pedreira.



**Figura 5 – Planta Final** (Fonte: Aditamento – junho de 2019)

#### *Instalações Auxiliares, Anexos e Equipamentos*

Na área do projeto existem atualmente as seguintes infraestruturas / anexos: instalação de britagem (com licença de exploração n.º 70309), balança, lava rodados, depósitos de inertes, instalações sanitárias, PT, compressores, arrumos, telheiros de perpianhos e área para a deposição temporária de terras de cobertura, escombros e de lamas.

A empresa possui PT para abastecimento de todas as instalações atualmente existentes na pedreira com a potência de 650 KVA, ligado à rede geral de alta tensão.

Todas estas infraestruturas serão desmanteladas e retiradas após o encerramento da pedreira.

A empresa possui, em terrenos seus, fora desta área proposta a licenciar da pedreira, mas na mesma freguesia de Gonça, escritórios, depósito de combustível e oficinas, onde é efetuada toda a manutenção.

Os equipamentos existentes e a utilizar estão listados no EIA e é referido que são recentes, estando por isso equipados das Melhores Tecnologias Disponíveis (MTD) para a extração de granito.

#### *Meios Humanos, período de laboração e tráfego associado*

Os recursos humanos necessários a este tipo de exploração são compostos essencialmente por pessoal pouco qualificado. Atualmente a empresa possui 10 trabalhadores, prevendo contratar mais 2.

A laboração desenvolve-se num turno diário que decorrerá entre as 8h00 e as 17h00 na frente da pedreira e entre as 7h00 e as 19h00 na britagem.

A pedreira produz rocha ornamental e industrial e por dia são expedidas cerca de 52 cargas diárias. Dessas 52 cargas, em média cada carga é de 25 ton, sendo que 49 cargas são de agregados e 3 cargas são de rocha ornamental. Futuramente, prevê-se um aumento de 35 cargas por dia.

#### *Vedação e sinalização*

Com o objetivo de impedir a passagem de pessoas e animais para o interior da área da pedreira, o Plano de Pedreira refere que será colocada uma vedação em toda a área da pedreira. A vedação terá uma altura mínima de 1 50 m e será constituída por uma rede tipo malhassol, e postes afastados entre si de 4 m, com altura acima do solo igualmente de 1,5 m.

Quanto à sinalização da área da pedreira, e atenta a necessidade de interditar a entrada a pessoas estranhas à sua vigilância, manutenção ou monitorização, é referido a colocação de placas metálicas na vedação, distribuídas adequadamente ao longo do seu desenvolvimento e contendo uma inscrição indicativa de acesso restrito.

### *Plano Ambiental e de Recuperação Paisagística (PARP)*

O PARP foi desenvolvido em consonância com o Plano de Lavra, para que à medida que a exploração vá sendo desativada nas áreas próximas das finais de exploração, estas possam ser recuperadas.

A recuperação paisagística proposta após a fase final de exploração da pedreira procura recriar o uso florestal pré-existente do local e da envolvente, através de hidrossementeira de espécies vegetais herbáceas e subarborescentes e da plantação de espécies arbóreas e arbustivas adaptadas, ou que facilmente se adaptam, às características edafo-climáticas do local, de forma a requalificar e recuperar as características, não só florísticas, mas também faunísticas do local. Estas características devem-se também aos declives que predominam na área onde se encontra a pedreira.

Nas bancadas em flanco de encosta proceder-se-á à suavização das formas agrestes criadas pelas bancadas, resultantes da exploração, através do enchimento e suavização dos taludes. Esta operação será feita com os materiais inertes, provenientes dos materiais rejeitados da exploração ao longo dos anos. O PARP estima que a área a tratar resultante do adocamento das bancadas em flanco de encosta seja da ordem dos 57 653 m<sup>2</sup>.

Na área explorada em rebaixo, está previsto o seu enchimento com inertes desde a cota 330, cota final de exploração, até à cota 350, com materiais estéreis da própria exploração, pedras, solos, rochas, e inertes triados a receber da região.

Todos os materiais serão espalhados de modo a poderem ser criadas condições que permitam a fixação de vegetação herbácea, arbustiva e arbórea de modo a contribuir para reabilitação ecológica e paisagística do local.

As operações de plantação e sementeira realizar-se-ão no final da exploração após atingida a configuração final proposta pelo PARP.

A recuperação paisagística, segundo o PARP, será feita em três fases distintas:

#### Fase 1 – Recuperação a curto prazo (Próximos 3 anos)

Esta fase será de implementação imediata e consistirá principalmente na vedação de toda a área da pedreira, o reforço da cortina arbórea existente e de rede de drenagem. Terá como finalidade diminuir o impacto visual imediato e ao mesmo tempo impedir a propagação para o exterior de ruído e poeiras.

Paralelamente serão iniciadas a criação de infraestruturas para criação de condições de deposição temporária dos rejeitados da exploração da pedreira, a depositar nas escombreyas e que serão utilizados na recuperação da pedreira, nomeadamente na recuperação das bancadas em flanco de encosta.

#### Fase 2 – Recuperação segundo o avanço da exploração

Esta recuperação será feita de forma gradual consoante o avanço da exploração, iniciando-se nas áreas de exploração abandonadas, de montante



	<p>para jusante. Haverá também plantações e sementeiras, nomeadamente de árvores nas áreas de flanco de encosta, conforme estas forem sendo exploradas. Nesta fase as bancadas em flanco de encosta serão tratadas do ponto de vista de estabilização de taludes e do ponto de vista paisagístico, propondo-se o adoçamento das suas formas finais de exploração através do aterro com materiais provenientes da escombreira. Após os trabalhos de modelação das bancadas em flanco de encosta, proceder-se-á à revegetação imediata dos taludes finais através do método da hidrossementeira e posterior plantação de espécies arbóreas endémicas de região e da envolvente.</p> <p>Esta será a fase mais longa e que se prolongará durante o período de vida útil da pedreira. Serão efetuados trabalhos de manutenção das condições criadas nesta fase e na fase 1.</p> <p>Após o abandono definitivo das áreas de exploração, estas serão, de imediato tratadas e revegetadas, de modo a que a sua integração paisagística e ambiental se processe com a maior celeridade possível. No entanto, e atendendo a natureza intrínseca da atividade de exploração de pedreiras em profundidade, grande parte destes trabalhos só poderão ser realizados após o final dos trabalhos de exploração da pedreira.</p> <p><b>Fase 3 – Fase final de recuperação</b></p> <p>Durante esta fase preconiza-se a remobilização de material rejeitado (escombros) que possam existir na instalação, complementado com materiais estéreis a receber da terceiros da região, tais como terras, solos e rochas, e inertes triados, para dentro da cavidade de exploração até se atingirem as cotas finais de recuperação. Após o enchimento da cavidade através da receção de materiais inertes até à cota 350, o solo será compactado de modo a poder receber o uso final para que será adstrito.</p> <p>Será também nesta fase que finalizarão os trabalhos de reflorestação e revestimento herbáceo-arbustiva nas zonas das plataformas aterradas e nas zonas envolventes do aterro final.</p>
--	--

<p><b>Síntese do procedimento</b></p>	<p>Foi esta Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) notificada pela Autoridade Nacional do Licenciamento Único de Ambiente (ANLUA) – Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. (APA) – de que o Estudo de Impacte Ambiental (EIA) em avaliação havia sido submetido via plataforma do Sistema Integrado de Licenciamento do Ambiente (SILiAmb), tendo-se constituído como Autoridade de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA), de acordo com o disposto na alínea b) do ponto 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, com a redação e alterações produzidas pelos Decreto-Lei n.º 47/2014, de 24 de março, Decreto-Lei n.º 179/2015, de 27 de agosto, Lei n.º 37/2017, de 2 de junho e Decreto-Lei n.º 152-B/2017, de 11 de dezembro – Regime Jurídico de AIA (RJAIA).</p>
---------------------------------------	---

A documentação foi distribuída a 19 de novembro de 2018, tendo, assim, o procedimento sido instruído no dia 20 de novembro de 2018.

O EIA, apresentado em fase de Projeto de Execução, diz respeito à “Ampliação da Pedreira n.º 5111 – Sorte do Mato das Lagedas”, localizada na Freguesia de Gonça, no Concelho de Guimarães.

Este projeto, cujo proponente é a empresa Britaminho – Granitos e Britas do Minho, Lda., tem enquadramento no RJAIA na subalínea ii) da alínea b) do ponto 4 do artigo 1.º do RJAIA, e na alínea a) do ponto 2 do Anexo II, por se tratar de uma pedreira que ultrapassa os 15 ha.

De acordo com o previsto no ponto 2 do Artigo 9.º do RJAIA, a Autoridade de AIA (AAIA), que preside à Comissão de Avaliação (CA), convocou os seguintes organismos para integrarem a Comissão:

- CCDR-N, que preside à CA e nomeou igualmente Técnicos especialistas em avaliação ambiental, ao abrigo das alíneas a) e k), em termos de Geologia, Geomorfologia e Recursos Minerais, Paisagem, Socioeconomia, Solos e Usos do Solo, Ordenamento do Território, Resíduos, Ambiente Sonoro, Qualidade do Ar, Sistemas Ecológicos e apreciação do PARP;
- Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC), ao abrigo da alínea k), em matéria de Análise de Riscos;
- Agência Portuguesa do Ambiente / Administração da Região Hidrográfica do Norte (APA/ARH-N), nos termos da alínea b);
- Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. / Departamento de Alterações Climáticas (APA/DAC), ao abrigo da alínea j), em matéria de Alterações Climáticas.
- Administração Regional de Saúde do Norte (ARS-N), ao abrigo da alínea i), em matéria de Saúde Humana;
- Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG), nos termos da alínea h);
- Direção Regional de Cultura do Norte (DRCN), nos termos da alínea d);
- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P. (ICNF), nos termos da alínea c), em matéria de Sistemas Ecológicos e apreciação do PARP;

A CCDR-N encontra-se representada na CA, para além da Sra. Dra. Maria João Barata, que preside à Comissão e é responsável pela avaliação em matéria de Geologia, Geomorfologia e Recursos Minerais, pelos seguintes técnicos: Arqta. Paisagista Alexandra Duborjal Cabral (Paisagem), Eng. Armindo Magalhães (Descrição do Projeto e PARP), Eng.ª Isabel Presa (Ordenamento do Território e Uso do Solo), Eng.ª Luisa Queirós (Resíduos), Dra. Manuela Novais (Qualidade do Ar), Eng.ª Maria Ana Fonseca (Socioeconomia), Eng.ª Maria Manuel Figueiredo e Eng. Miguel Catarino (Ambiente Sonoro). A Sra. Dra. Rita Ramos é a técnica da CCDR-N nomeada para promover a Consulta Pública e elaborar o

respetivo Relatório, tal como estipulado na alínea i) do ponto 3 do artigo 8.º do RJAIA.

A ANEPC nomeou o Sr. Eng. João Crisóstomo, do Comando Distrital de Operações de Socorro de Braga, e em sua suplência a Sra. Eng.ª Isabel Santana, da Direção Nacional de Planeamento de Emergência.

A APA/ARH-N está representada na CA pelo Sr. Dr. Normando Ramos.

A DGEG designou como representante na CA o Sr. Eng. Serafim Rui Sousa.

A DRC-N está representada na CA pelo Sr. Dr. Pedro Faria.

A APA/DAC indicou não ter identificado questões pertinentes, pelo que considerou não ser relevante participar nesta avaliação.

A ARS-N não respondeu ao solicitado.

Atendendo ao disposto no ponto 6 do artigo 14.º do RJAIA, a AAIA convidou o proponente a efetuar a apresentação do projeto e respetivo EIA à CA, em reunião que ocorreu no dia 14 de dezembro de 2018.

Face à avaliação da conformidade do EIA efetuada pela CA, e sem prejuízo dos esclarecimentos prestados no âmbito da reunião referida, verificou-se a necessidade de obter, formalmente, esclarecimentos / informação adicional sobre determinados aspetos do EIA, pelo que se emitiu, e se introduziu na Plataforma LUA, o Pedido de Elementos Adicionais (PEA) para efeitos de conformidade do EIA, a 17 de dezembro de 2018, tendo o prazo do procedimento de AIA sido suspenso nessa data, sendo decorridos 20 dias úteis do mesmo.

Apesar do prazo definido pela AAIA ter sido o dia 29 de março de 2019, a 21 de março de 2019 o representante do proponente solicitou prorrogação do prazo de resposta, tendo a mesma sido concedida pela AAIA a 22 de março de 2019, cifrando-se o novo prazo de resposta no dia 15 de junho de 2019.

A notificação da entrada da resposta do proponente foi comunicada à AAIA no dia 13 de junho de 2019. Assim, o prazo do procedimento de AIA foi retomado a 14 de junho de 2019, a data limite para pronúncia sobre a conformidade do EIA transitou para o dia 08 de julho de 2019, e a data de conclusão do procedimento de AIA será o dia 07 de outubro de 2019.

Analizada a documentação, concluiu-se que o Estudo em apreço estava corretamente organizado no que respeita ao exercício da Avaliação de Impacte Ambiental e que estava de acordo com as disposições legais em vigor nesta área. A informação, complementada com os elementos adicionais solicitados, preencheu genericamente os requisitos do índice de matérias a analisar e que constam do Anexo V do RJAIA.

Neste pressuposto, a AAIA declarou, a 5 de julho de 2019, a conformidade do EIA, prosseguindo o procedimento de AIA a sua tramitação nos moldes previstos na legislação.

	<p>Não obstante, foi necessário solicitar ao proponente elementos complementares em matéria de Ordenamento do Território e Uso do Solo, cuja resposta foi dada oportunamente.</p> <p>A CA efetuou uma visita ao local do projeto no dia 12 de agosto de 2019, tendo sido acompanhada por representantes do proponente e da equipa de consultoria ambiental responsável pelo EIA.</p> <p>Ao abrigo do ponto 11 do artigo 14.º do RJAIA, foi solicitado parecer à Câmara Municipal de Guimarães. A respetiva pronúncia foi considerada no âmbito da avaliação.</p> <p>A Consulta do Público decorreu durante 30 dias úteis, entre os dias 12 de julho e 23 de agosto de 2019.</p> <p>Os contactos do proponente do projeto – Britaminho – Granitos e Britas do Minho, Lda., são:</p> <p>Morada: Rua 10 de junho, n.º 130, 4800-435 Gonça</p> <p>Telefone: +351 253 559 810</p> <p>Email: geral@britaminho.com</p> <p>A equipa de consultoria ambiental responsável pelo EIA é a Georeno – Projetos e Consultadoria, Lda., e o período de elaboração decorreu entre maio de 2016 e julho de 2018.</p> <p>A Proposta de Declaração de Impacte Ambiental (DIA), acompanhada pelo Parecer Técnico Final da Comissão de Avaliação (PTFCA) e do Relatório da Consulta pública (RCP), foram remetidos ao proponente a 17 de setembro de 2019, correspondendo ao 86.º dia do prazo do procedimento de AIA, para efeitos do período de Audiência Prévia aos interessados, atento ao disposto nos artigos 121.º e seguintes do Código de Procedimento Administrativo (CPA), tendo sido suspenso o prazo do procedimento de AIA.</p> <p>Face à data de notificação do proponente (18 de setembro de 2019), o prazo limite para apresentação de alegações seria o dia 02 de outubro de 2019.</p> <p>Tendo em consideração a suspensão do prazo para efeitos de audiência prévia, a data limite para exarcação da DIA transitou para o dia 22 de outubro de 2019.</p> <p>Na ausência de apresentação de alegações, ou qualquer outra pronúncia, por parte do proponente, emite-se a presente DIA.</p>
--	--

<b>Síntese do parecer apresentado pela entidade consultada</b>	No âmbito da avaliação e ao abrigo do ponto 11 do artigo 14.º do RJAIA, foi solicitado parecer à Câmara Municipal de Guimarães (CMVR), a qual emitiu parecer favorável ao projeto.
--	--

<b>Síntese do resultado da consulta pública e sua consideração na decisão</b>	De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, com as alterações introduzidas pelos Decreto-Lei n.º 47/2014, de 24 de março, Decreto-Lei n.º 179/2015, de 27 de agosto, Lei n.º 37/2017, de 2 de junho e Decreto-Lei n.º 152-B/2017 de 11 de dezembro, a
---	---

	<p>Consulta do Público decorreu entre os dias 12 de julho e 23 de agosto de 2019, num total de 30 dias úteis.</p> <p>Durante este período de Consulta Pública foram registadas onze participações:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– uma (1) via correio eletrónico;</li> <li>– oito (8) através do Portal Participa;</li> <li>– duas (2) por correio postal, sendo que destas duas, a mais recente deu entrada na AAIA fora do período da Consulta Pública.</li> </ul> <p>O teor integral das participações pode ser conhecido através da consulta do Relatório da Consulta Pública.</p> <p>Todas as participações foram analisadas pela CA e as preocupações manifestadas tidas em consideração no âmbito da avaliação.</p>
<p><b>Informação das entidades legalmente competentes sobre a conformidade do projeto com os instrumentos de gestão territorial, as servidões e restrições de utilidade pública e de outros instrumentos relevantes</b></p>	<p>No tocante aos aspetos de Ordenamento do Território, considera-se que a existência da Ata da Conferência Decisória – ao abrigo do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro (RERAE – Regime Extraordinário de Regularização de Atividades Económicas), de 24 de janeiro de 2019 e do reconhecimento de Interesse Público Municipal na regularização da exploração desta pedreira, pela Câmara Municipal de Guimarães (Certidão 399/18, de 12 de março de 2018), decorrente da deliberação da Assembleia Municipal, de 23 de fevereiro, documentados no EIA, viabilizam o projeto no que respeita à compatibilidade com os Instrumentos de Gestão Territorial (IGT).</p>
<p><b>Razões de facto e de direito que justificam a decisão</b></p>	<p>Da avaliação efetuada, e face aos pareceres setoriais emitidos, verifica-se que os principais impactes previstos com a execução do projeto se reportam à fase de exploração.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– em relação à <b>Geologia, Geomorfologia e Recursos Minerais</b>, tendo em consideração que os impactes ambientais, apesar de pouco significativos a significativos, decorrem do objeto do projeto – exploração da pedreira, emite-se parecer favorável ao projeto;</li> <li>– no que concerne aos <b>Recursos Hídricos</b>, os impactes ocorrem essencialmente na fase de exploração e estão relacionados com a alteração da escorrência natural da água superficial e com a eventual contaminação das linhas de água e, consequentemente, das águas subterrâneas. Considera-se que apesar de o projeto induzir impactes negativos, os mesmos são passíveis de serem minimizados, pelo que se emite parecer favorável condicionado ao cumprimento das medidas de minimização previstas e do plano de monitorização;</li> <li>– em termos da <b>Qualidade do Ar</b>, o projeto contribuirá para as emissões de poluentes atmosféricos, principalmente partículas PM10. Prevê-se que o impacto embora negativo e direto seja temporário, reversível e pouco significativo. Emite-se parecer favorável condicionado à implementação das medidas elencadas e do plano de monitorização;</li> </ul>



- relativamente ao **Ambiente Sonoro**, não será de prever que o projeto possa alterar de forma significativa o ambiente sonoro que se verifica na situação atual, uma vez que as principais ações do projeto não contemplam a introdução de novas fontes de ruído, cujos níveis de emissão sejam superiores ou bastante superiores ao das fontes atualmente instaladas. Assim, emite-se parecer favorável condicionado à implementação das medidas de minimização e do plano de monitorização;
- em relação aos **Sistemas Ecológicos**, os impactes na fase de exploração resultam essencialmente, da interferência nos biótopos da envolvente, sendo negativos e pouco significativos a significativos, mas minimizáveis. Os impactes na fase de desativação são essencialmente positivos e significativos. Emite-se parecer favorável condicionado ao cumprimento das medidas de minimização previstas e à revisão do PARP no que respeita à alteração das cortinas arbóreas a plantar;
- relativamente ao **Uso do Solo**, considera-se que os impactes negativos induzidos pelo projeto são passíveis de ser minimizados, pelo que se emite parecer favorável condicionado à implementação de medidas de minimização;
- no que concerne aos **Resíduos**, os impactes gerados são classificados como negativos, pouco significativos, temporários e reversíveis. Emite-se parecer favorável condicionado à implementação das medidas elencadas;
- no tocante ao fator **Socioeconomia**, os impactes negativos do projeto são pouco significativos a significativos e minimizáveis através da implementação de medidas. Como impactes positivos, considerados significativos, salientam-se os efeitos no emprego, associados aos postos de trabalho mantidos, e à dinamização económica inerente à atividade, associada ao desenvolvimento das atividades complementares, serviços e fornecimento de produtos. Assim, emite-se parecer favorável ao projeto apresentado, condicionado ao cumprimento das medidas de minimização referidas, bem como à implementação do mecanismo de atendimento ao público para esclarecimento de dúvidas e atendimento de eventuais reclamações;
- no que respeita ao **Património Cultural**, dada a impossibilidade de se garantir a inexistência de vestígios arqueológicos na área afeta ao projeto, e havendo a referência à possibilidade de existir um sítio arqueológico nessa área, emite-se parecer favorável condicionado ao acompanhamento arqueológico geral em fase de preparação do terreno para a exploração e sondagens arqueológicas na zona onde se presume poder existir o sítio da Senhora do Monte
- no que concerne à **Paisagem**, considera-se que o facto do projeto, que se encontra em exploração, ocorrer desde o topo do monte até meia encosta, numa diferença altimétrica significativa, não possibilita o seu tapamento,

	<p>mas também não irá aumentar significativamente a expressão de disrupção com a envolvente que já apresenta na atualidade. À medida que a exploração for progredindo haverá, por um lado, a redução da área onde a atividade extrativa terá significado e, por outro lado, será promovida a recuperação gradual e progressiva das frentes de exploração abandonadas, confinando o limite côncavo que a pedreira apresenta e tornando-as visual e cromaticamente confundíveis com a envolvente. Assim, emite-se parecer favorável, condicionado à implementação e cumprimento do PARP, de modo faseado;</p> <p>– em termos de <b>Riscos</b>, os impactes induzidos pelo projeto são passíveis de ser minimizados através da adoção de algumas medidas, sendo emitido parecer favorável ao projeto.</p>
--	--

Decisão
Favorável Condicionada

Condicionantes
1. Prestação da caução, relativa ao PARP – Plano Ambiental de Recuperação Paisagística, a determinar pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N) na fase de licenciamento, nos termos previstos no art.º 52.º do Decreto-Lei n.º 270/2001, de 6 de outubro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 340/2007, de 12 de outubro.
2. Garantia de acesso dos proprietários às suas parcelas.
3. O acesso e circulação de veículos, equipamentos e pessoas na área da pedreira é da responsabilidade do Proponente.
Elementos a apresentar à Autoridade de AIA em sede de licenciamento
1. Resultado da análise, a realizar pela Direção-Geral de Energia e Geologia, em matéria de Vibrações, que inclua o modo como este descritor deverá ser acompanhado em fase de pós-AIA, destacando a necessidade ou não de monitorização e, em caso afirmativo, os termos em que essa monitorização deverá ser realizada.
2. Revisão do Plano Ambiental e de Recuperação Paisagística (PARP), nos seguintes termos: <ul style="list-style-type: none"> <li>a) Alteração das cortinas vegetais a plantar na periferia da pedreira, uma vez que são compostas por pinheiro bravo, eucalipto e acácia, em incoerência com a composição do restante material vegetal proposto e particularmente por contemplar duas espécies exóticas invasoras, que se pretende eliminar. Estas cortinas de vegetação deverão ser compostas pelas espécies indicadas para a recuperação da área explorada e/ou pelas sugeridas: pilriteiro, loureiro, azereiro;</li> <li>b) Compatibilização das peças desenhadas com o descrito nas peças escritas sobre a suavização dos taludes (não existência de verticalidade dos mesmos);</li> <li>c) O orçamento do PARP deverá ser retificado. Os preços unitários devem ser preços de mercado e não preços de custo do explorador, nomeadamente o item 3.1.</li> </ul>

3. Plano de Erradicação e Controlo das espécies exóticas invasoras identificadas, devidamente detalhado e que contemple, entre outras, as seguintes medidas:

- a) Nas ações de desarborezação e/ou desmatação a realizar-se em áreas colonizadas por espécies vegetais exóticas invasoras, o seu corte deve antecipar-se ao das restantes espécies, devendo ter-se em consideração que se devem realizar anteriormente à época de produção de flor e de semente. O material vegetal ou resíduos vegetais resultantes do corte, deve mesmo assim ser alvo de remoção, transporte e eliminação eficiente e cuidada.
- b) As terras provenientes das áreas colonizadas atrás referidas, devem ser completamente separadas da restante terra vegetal e levadas a depósito próprio, assegurando-se a sua não disseminação durante o transporte. Consequentemente, não devem ser reutilizadas como terra vegetal em qualquer tipo de recuperação de áreas intervencionadas.
- c) Caso venha a ser necessário utilizar terras de empréstimo, deve ser dada atenção especial à sua origem, não devendo ser provenientes, em caso algum, de áreas ocupadas por plantas exóticas invasoras, para que as mesmas não alterem a ecologia local e introduzam plantas invasoras.

#### **Medidas de minimização**

##### **Fases de preparação e de exploração**

1. Deverá ser reforçada a formação aos trabalhadores sobre as boas práticas a ter durante a realização dos trabalhos, elencando o conjunto de medidas de minimização a implementar e a sua importância.
2. Criação de um sistema periférico para recolha e drenagem das águas pluviais, capaz de conduzir estas águas até ao meio recetor natural em boas condições.
3. Desenvolvimento de bancadas de exploração com pendor contrário à inclinação dos taludes, permitindo deste modo retardar o escoamento superficial em períodos de maior pluviosidade.
4. Criação de sistemas de retenção temporária nas linhas de água, para que em situações de forte aumento de precipitação, seja diminuída substancialmente a capacidade erosiva das linhas de água.
5. Remoção da camada de solo de cobertura em períodos de menor (ou nula) pluviosidade, para que não ocorram fenómenos de arrastamento de partículas finas para as linhas de água.
6. Pavimentação do parque das máquinas e da pista de saída dos camiões, bem como completar a pavimentação da plataforma existente entre a oficina de britagem e a bacia de segurança.
7. Manutenção cuidada dos veículos e maquinaria de apoio procedendo a revisões e inspeções periódicas atempada dos veículos.
8. Contemplar a criação de áreas que promovam a infiltração de água e consequentemente a recarga do aquífero profundo.
9. Remoção das lamas e materiais finos existentes na bacia de segurança situada junto à estrada, bem como na plataforma envolvente.
10. Implementação de uma metodologia de exploração das bacias de decantação, que permita que a bacia de segurança mantenha o nível de água mais baixo possível, por forma a maximizar a sua capacidade de receção em períodos de forte pluviosidade.
11. Compartimentar a bacia de segurança, por forma a garantir que o material suspenso fica retido nas primeiras câmaras.
12. Proceder à limpeza periódica das bacias de decantação, por forma a maximizar a sua capacidade de retenção de água.
13. Implementação de um plano de controlo de consumos e de verificação de fugas de água.

14. Limitar a abertura das vias de acesso ao estritamente necessário, utilizando preferencialmente as vias já existentes.
15. Os sistemas de drenagem natural devem ser respeitados durante os trabalhos, de forma a evitar a retenção de águas em depressões ou a criação de barreiras, e permitir o escoamento normal das escorrências superficiais.
16. Assegurar o correto encaminhamento dos efluentes domésticos para a rede pública de saneamento.
17. Rega regular dos caminhos internos e dos acessos à exploração, em particular durante os períodos secos.
18. Utilização dos equipamentos da lavra, nomeadamente perfuradoras e martelos pneumáticos, em ambiente húmido, evitando desta forma o aparecimento e a propagação de poeiras.
19. Plantação, reforço e manutenção da cortina arbórea e da vegetação.
20. Aspersão controlada sobre as pilhas de materiais depositados na área da pedreira.
21. Limpeza regular dos acessos à pedreira.
22. Preservar todas as áreas não afetadas pela exploração.
23. Proteger as pargas com sementeira de espécies herbáceas e proceder à revegetação de áreas já abandonadas (recuperação paisagística faseada), de forma a reduzir a erosão pela ação do vento.
24. Utilização de equipamentos homologados pela CE no que respeita à emissão de ruído e poluentes gasosos para a atmosfera.
25. Limitar e controlar a velocidade dos veículos pesados no interior da área de exploração, nomeadamente nos acessos de terra batida.
26. Relativamente à Central de Britagem: <ul style="list-style-type: none"> <li>• inserção de uma barreira acústica;</li> <li>• colocação de forro de material absorvente nas caixas de queda para reduzir o ruído proveniente do impacto da matéria-prima;</li> <li>• reforçar o encapsulamento;</li> <li>• efetuar a manutenção mecânica e física periódica.</li> </ul>
27. Restringir a área de intervenção ao estritamente necessário, devendo ser salvaguardados todos os exemplares arbóreos e arbustivos autóctones que não perturbem a atividade da exploração, sinalizando-os quando próximos das áreas intervencionadas.
28. Manutenção de manchas de matos nas áreas com aptidão para tal ou nas zonas de deposição de terras extraídas das novas áreas de lavra, de modo a criar abrigos e zonas de reprodução para a fauna.
29. A biomassa vegetal e outros resíduos florestais resultantes das atividades de desarborização e desmatção devem ser removidos de modo controlado, privilegiando-se a sua reutilização. As ações de remoção devem ser realizadas preferencialmente fora do período crítico de incêndios florestais e utilizando mecanismos adequados à retenção de eventuais faíscas, a fim de minimizar o risco de incêndio.
30. Repovoamento / plantação de espécies autóctones em zonas não afetadas pela exploração e com aptidão florestal, em substituição dos eucaliptos e pinheiro bravo, criando uma faixa naturalizada de elevado valor ambiental, que compense a perda de habitats devido à instalação da pedreira.
31. Implementação do Plano de Erradicação e Controlo das espécies exóticas invasoras identificadas, a apresentar em sede de licenciamento.

32. As operações de desmatção, decapagem e modelação de terras deverão ser realizadas, preferencialmente, numa fase em que não ocorra precipitação, de modo a não sujeitar o solo à ação erosiva da chuva.
33. Assegurar o carácter provisório das escomboreiras de deposição de inertes provenientes da extração, dentro dos limites da pedreira.
34. Assegurar o correto acondicionamento e armazenamento temporário (no atual armazém que se encontra impermeabilizado) de todos os resíduos produzidos, e posterior encaminhamento para empresas licenciadas, de acordo com a sua tipologia e em conformidade com a legislação em vigor.
35. Os resíduos produzidos nas áreas sociais e equiparáveis a resíduos urbanos devem ser depositados em contentores especificamente destinados para o efeito, devendo ser promovida a separação na origem das frações recicláveis e posterior envio para a reciclagem, através do sistema de recolha municipal.
36. Manutenção do Plano de Gestão de Resíduos, considerando todos os resíduos suscetíveis de serem produzidos no âmbito da atividade da pedreira, com a sua identificação e classificação em conformidade com a Lista Europeia de Resíduos, a definição de responsabilidade de gestão e a identificação dos destinos finais mais adequados para os diferentes fluxos de resíduos.
37. Manutenção de um registo atualizado das quantidades de resíduos gerados e respetivos destinos finais, com base nas e-Gar.
38. Em caso de contaminação por hidrocarbonetos, deverá proceder-se à recolha e tratamento das águas contaminadas e/ou solos contaminados.
39. Manutenção correta da bacia de retenção de óleos (novos e usados) e posterior encaminhamento para empresas devidamente licenciadas, de forma a evitar possíveis contaminações e derrames para os solos ou para o meio hídrico.
40. Deverá recorrer-se a mão-de-obra local, favorecendo a colocação de desempregados residentes no concelho ou concelhos limítrofes.
41. Deverá contratar-se serviços e adquirir produtos a empresas sedeadas no concelho por forma a gerar valor acrescentado ao projeto ao nível local.
42. Colocar sinalização que estabeleça a necessidade de que à saída da pedreira todos os camiões (próprios ou de clientes) tenham a carga devidamente acondicionada.
43. Colocar sinalização de proximidade à pedreira e de entrada e saída de camiões que deverá ser previamente autorizada pelo município.
44. Implementar um mecanismo expedito que permita o esclarecimento de dúvidas e o atendimento de eventuais reclamações das populações, como por exemplo a disponibilização de um livro de registo na Junta de Freguesia da área do projeto. Os registos efetuados no âmbito do mecanismo de atendimento ao público e o desenvolvimento dado deverão ser mencionados nos relatórios de monitorização, a enviar no âmbito dos restantes planos de monitorização.
45. Acompanhamento arqueológico geral em fase de preparação do terreno para a exploração e sondagens arqueológicas na zona onde se presume poder existir o sítio da Senhora do Monte.
46. Manutenção da limpeza de matos.
47. Reforço de medidas de sinalização de segurança.
48. Implementar a vedação em todo o perímetro da pedreira.



### Fase de desativação / recuperação

49. Na fase de desativação, as áreas compactadas deverão ser escarificadas para atenuar o grau de compactação.

50. Manutenção, recuperação e/ou criação de novas zonas efetivas de proteção, com a reflorestação com espécies autóctones, visando a reposição das camadas de solo removidas e o restabelecimento do uso do solo anterior à exploração, contribuindo para a minimização dos riscos e mitigação de incêndios florestais e procurando garantir visualmente o afastamento ao espaço habitacional e às áreas agrícolas.

51. Assegurar a não afetação de áreas integradas na Reserva Ecológica Nacional na aquisição das terras, solos e rochas para a execução do PARP.

52. Demolição e desmantelamento das infraestruturas, incluindo a remoção de todos os resíduos, encaminhando-os para os respetivos operadores de gestão de resíduos licenciados.

### Planos de monitorização/acompanhamento ambiental/outros

A Autoridade de AIA deve ser previamente informada do início das fases de preparação e de exploração, de forma a possibilitar o desempenho das suas competências na pós-avaliação.

De acordo com o artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro (na sua redação atual), devem ser realizadas auditorias por verificadores qualificados pela APA. A realização de auditorias deve ter em consideração o documento “Termos e condições para a realização das Auditorias de Pós-Avaliação”, disponível no portal da APA.

Deve ser realizada uma auditoria durante a fase de preparação/construção e outra três anos após o início da entrada em exploração.

Os respetivos Relatórios de Auditoria devem seguir o modelo publicado no portal da APA e ser remetidos pelo proponente à Autoridade de AIA no prazo de 15 dias úteis após a sua apresentação pelo verificador.

### Recursos Hídricos

#### *Recursos hídricos superficiais*

1. Deverá ser efetuada, com periodicidade semestral, a inspeção visual do estado da rede de recolha e encaminhamento de águas pluviais. A realização desta inspeção visual deverá ser evidenciada por registo fotográfico.
2. Monitorização da linha de água existente a Oeste da área do projeto.

Periodicidade: semestral (março e setembro);

Ponto de monitorização: ponto a jusante da área do projeto e do ponto de descarga proposto para a drenagem/esvaziamento das lagoas de decantação;

Parâmetros:

- pH;
- Condutividade elétrica;
- Sólidos suspensos totais;
- Temperatura da água;
- CBO<sub>5</sub>

- CQO;
- Hidrocarbonetos dissolvidos ou emulsionados.

Critérios de avaliação: os resultados obtidos deverão ter em conta os valores obtidos na situação de referência e avaliados de acordo com os valores normativos constantes no Plano de Gestão da Região Hidrográfica RH2 (Cávado, Ave e Leça), na ausência de definição de valor paramétrico deverão ser utilizados os valores do Decreto-Lei nº 236/98, de 1 de agosto.

Métodos de análise: os constantes do Decreto-Lei nº 83/2011, de 20 de junho.

Em caso de acidente, ou incidente, o proponente deverá proceder à monitorização da linha de água, nos termos propostos, para despiste das causas prováveis, bem como das eventuais alterações no meio hídrico.

#### *Recursos hídricos subterrâneos*

A monitorização das águas subterrâneas deverá ser realizada em dois pontos: um situado a montante, referenciado no inventário hidrogeológico como PA-1 e um situado a jusante (PA-11).

#### Parâmetros a analisar:

- Alumínio;
- Amónio;
- Condutividade elétrica;
- pH;
- Nitratos;
- Sólidos dissolvidos totais;
- Caudal;
- Temperatura da água;
- Hidrocarbonetos dissolvidos ou emulsionados.

Periodicidade: semestral (março e setembro).

Critérios de avaliação: os resultados obtidos deverão ter em conta os valores obtidos na situação de referência e avaliados de acordo com os valores normativos constantes no Plano de Gestão da Região Hidrográfica RH2 (Cávado, Ave e Leça), na ausência de definição de valor paramétrico deverão ser utilizados os valores do Anexo I do Decreto-Lei n.º 236/98, de 1 de agosto, ou do anexo I do Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, e pelo Decreto-Lei n.º 152/2017, de 7 de dezembro.

Métodos de análise: os constantes do Decreto-Lei n.º 83/2011, de 20 de junho e do Anexo IV do Decreto-Lei nº 152/2017, de 7 de dezembro.

Em caso de acidente, ou incidente, o proponente deverá proceder à monitorização das águas subterrâneas, nos termos propostos, para despiste das causas prováveis, bem como das eventuais alterações no meio hídrico.

A atualização dos referenciais normativos ou dos métodos de análise deve ocorrer sempre que se verifique uma alteração legislativa.

Qualquer alteração ao Plano de Monitorização (periodicidade, parâmetros, locais, ...) deverá ser submetida a parecer prévio da APA/ARH-Norte.

Como resulta da implementação das medidas de minimização a descarga em linha de água do efluente resultante do tratamento das águas pluviais contaminadas, o proponente deverá solicitar o licenciamento da utilização dos recursos hídricos, nos termos do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio. O pedido deverá ser submetido através da plataforma SILiAmb e integrar a memória descritiva e justificativa, bem como as peças desenhadas com a rede de recolha de águas pluviais e bacias de decantação. O autocontrole que venha a ser definido no TURH a emitir pela APA/ARH-Norte deverá ser incluído no plano de monitorização.

### **Qualidade do Ar**

O Plano de Monitorização da Qualidade do Ar pretende verificar se os valores de concentração de partículas (PM10), junto dos recetores sensíveis potencialmente afetados pela atividade da pedreira, se enquadram nos parâmetros legais em vigor, e por outro lado averiguar a eficácia das medidas de minimização implementadas no decorrer do projeto.

#### *Parâmetros a monitorizar*

Deverá ser determinada a Fração PM10 de partículas em suspensão no ar ambiente. Deverão ainda ser medidos os parâmetros meteorológicos: vento (velocidade média (km/h) e (frequência (%)), precipitação, temperatura e humidade relativa.

#### *Locais de monitorização*

Deverão ser monitorizados os recetores sensíveis mais próximos. O local de amostragem deverá localizar-se, se possível, junto às habitações mais expostas, de preferência no local considerado no EIA (AR1) no Lugar de Gonça, ou outros que se considerem relevantes.

#### *Frequência de monitorização*

Deverá ser realizada uma campanha de monitorização após obtenção da licença de exploração. Deverá ser realizada uma campanha de 7 dias (incluindo fim-de-semana). Nas campanhas de monitorização deverão ser efetuadas 8 medições de 24 horas de partículas PM10.

A monitorização deverá ser efetuada, preferencialmente, em período seco e sob condições normais de laboração.

#### *Métodos de análise*

EN 12341:2014. Determinação da fração PM10 de partículas em suspensão.

#### *Tipos de medidas de gestão ambiental a adotar na sequência dos resultados*

A frequência das campanhas ficará condicionada aos resultados obtidos na 1.ª monitorização. Assim, se a concentração média de PM10 no ar ambiente não ultrapassar 80% do valor limite anual ( $40 \mu\text{g}/\text{m}^3$ ) a periodicidade deverá ser quinquenal. No caso de se verificar a ultrapassagem desse valor deverão ser aplicadas medidas de minimização e a campanha deverá ser repetida.

As medidas de gestão ambiental a adotar na sequência dos resultados da monitorização devem ser direcionadas para o controle de emissão de PM10 e deverão incidir nos parâmetros caracterizadores do funcionamento do projeto que afetam a emissão de PM10 e que foram referidos no ponto anterior.

*Periodicidade dos relatórios de monitorização e revisão do programa de monitorização*

Deverão ser entregues à Autoridade de Avaliação de Impacte Ambiental (AAIA) relatórios de monitorização sempre que se realizem campanhas de monitorização. O programa de monitorização deverá ser revisto, em cada relatório de monitorização, de acordo com os resultados obtidos, ou queixas / reclamações que eventualmente possam ser consideradas relevantes em matérias de impactes de qualidade do ar ambiente.

**Ambiente Sonoro**

Verificação do cumprimento dos valores limite de exposição e do critério de incomodidade, de acordo com o Regulamento Geral do Ruído (RGR), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro.

Os locais de medição devem manter-se – recetores sensíveis monitorizados no âmbito da caracterização da situação de referência do EIA.

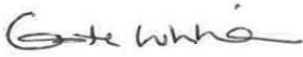
Deve ser efetuada uma campanha de monitorização um ano após o licenciamento.

A periodicidade da medição deve ser bienal, todavia se os resultados foram consistentes, mantendo-se abaixo dos valores limite, a frequência passará para quinquenal, exceto no caso de se registar alguma reclamação ou uma alteração no processo de extração.

<b>Entidade de verificação da DIA</b>	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte
---------------------------------------	---

<b>Data de emissão</b>	<b>15 de outubro de 2019</b>
------------------------	------------------------------

<b>Validade da DIA</b>	Nos termos do n.º 2 do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, com a alteração produzida pelo Decreto-Lei n.º 47/2014, de 24 de março e Decreto-Lei nº 179/2015, de 27 de agosto, e pela Lei nº. 37/2017, de 2 de junho, a presente DIA caduca se, decorridos quatro anos a contar da presente data, o proponente não der início à execução do respetivo projeto, excetuando-se a situação prevista no n.º 5 do mesmo artigo.
------------------------	--

<b>Assinatura</b>	<p>A Vice-Presidente da CCDR-N,</p>  <p>(Ester Gomes da Silva)</p>
-------------------	--